REPOD
ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

"Não pode dar com uma mão e tirar com a outra": lições e desafios para a permanência estudantil nas universidades federais brasileiras

"You can't give with one hand and take away with the other": lessons and challenges for student retention in Brazilian federal universities

"No se puede dar con una mano y quitar con la otra": lecciones y desafíos para la retención estudiantil en las universidades federales brasileñas

Rosana Rodrigues Heringer[1]
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O artigo tem como objetivo fazer um breve balanço dos avanços e desafios relacionados à permanência estudantil nas universidades federais brasileiras no período recente, tendo como referência a educação superior como direito e as ações afirmativas como ferramenta importante para promover a diversificação dos estudantes que acessam o Ensino Superior público. Dedica-se a analisar, por um lado, as principais conquistas e lições a partir da adoção de ações afirmativas e políticas de permanência. Por outro, procura identificar e refletir sobre os principais desafios colocados para a ampliação e consolidação da permanência estudantil nas universidades federais. Do ponto de vista metodológico, tem um caráter de ensaio reflexivo, a partir de um conjunto de pesquisas realizadas principalmente pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos últimos anos. Como resultado, o texto aponta para avanços importantes obtidos na cobertura e na institucionalização das políticas de permanência nas universidades federais brasileiras. Ao mesmo tempo, sinaliza a importância de expansão e diversificação destes programas, visando o atendimento a demandas diversas apresentadas por parte do público estudantil.
Palavras-chave*:* Educação Superior; Permanência Estudantil; Universidade Federal; PNAES; Assistência Estudantil.

Abstract: This article provides a brief overview of the advances and challenges faced by students in Brazilian federal universities in recent times, considering higher education as a right and affirmative action as an important tool for promoting the diversification of students accessing public higher education. It analyzes, on the one hand, the main achievements, lessons learned, and insights gained from the adoption of affirmative action and retention policies. On the other hand, it identifies and reflects on the main challenges posed for the expansion and consolidation of student retention in federal universities. From a methodological point of view, it is characterized as a reflective essay, based on a set of researches carried out mainly by the Laboratory for Studies and Research in Higher Education (LEPES) at Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) in recent years. As a result, the text points to important advances achieved in the coverage and institutionalization of student retention policies in Brazilian federal universities. At the same time, it signals the importance of expanding and diversifying these programs, aiming to meet the diverse demands from the student body.
Keywords*:* Higher Education; Student Retention; Federal University; PNAES; Student Support.

[1] Doutora em Sociologia (IUPERJ/UCAM). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: rosana.heringer@gmail.com; Lattes: http://lattes.cnpq.br/9066311393158506; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9033-2823.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Resumen: Este artículo tiene como objetivo brindar una breve visión general de los avances y desafíos que enfrentan los estudiantes en las universidades federales brasileñas en los últimos años, considerando la educación superior como un derecho y la acción afirmativa como una herramienta importante para promover la diversificación del alumnado que accede a la educación superior pública. Analiza, por un lado, los principales logros, lecciones aprendidas y perspectivas derivadas de la adopción de políticas de acción afirmativa y retención. Por otro lado, identifica y reflexiona sobre los principales desafíos para expandir y consolidar la retención estudiantil en las universidades federales. Desde un punto de vista metodológico, consiste en un ensayo reflexivo, basado en una serie de investigaciones realizadas principalmente por el Laboratorio de Estudios e Investigaciones en Educación Superior (LEPES) de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ) en los últimos años. Como resultado, el texto destaca los importantes avances logrados en la cobertura e institucionalización de las políticas de retención estudiantil en las universidades federales brasileñas. Al mismo tiempo, subraya la importancia de ampliar y diversificar estos programas, con el fin de satisfacer las diversas necesidades presentadas por el alumnado.
Palabras clave: Educación Superior; Retención Estudiantil; Universidad Federal; PNAES; Asistencia Estudiantil.

Recebido em: 08 de junho de 2026.
Aceito em: 13 de setembro de 2026.

Introdução

A frase que dá título a este artigo foi dita por uma aluna da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), durante pesquisa realizada pelo LEPES entre 2021 e 2022 destinada a avaliar a implementação da lei de cotas, a Lei 12.711 de 2012 (BRASIL, 2012), que completava 10 anos de implementação naquele momento (Heringer e Carreira, 2022). A afirmação da aluna sinaliza o risco de que os estudantes que, por um lado, foram beneficiados pela política de cotas, por outro não consigam se engajar plenamente e concluir seus cursos, em função de dificuldades encontradas ao longo do curso e da insuficiência das políticas de permanência implementadas pelas universidades.

Entre as muitas conclusões e recomendações daquele estudo, destacamos a importância de ampliar a noção e o significado de permanência estudantil, incluindo, nesse amplo conceito, aspectos como "acolhimento, respeito, escuta ativa, simplificação de procedimentos burocráticos excludentes, informação ampla sobre oportunidades acadêmicas, mudanças curriculares, acesso a cursos de línguas estrangeiras, acessibilidade ampla e integral, diálogo entre diferentes instâncias da universidade" (op. cit., p. 523), entre outros elementos.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Esta conclusão resultou principalmente dos dados que coletamos junto aos estudantes cotistas e aos estudantes integrantes de coletivos estudantis que, naquele momento, formulavam e demandavam diferentes ações e programas necessários para garantir uma permanência efetiva e o sucesso acadêmico – aqui entendido como a conclusão do curso – da maioria dos estudantes.

Ao mesmo tempo e como fruto da mesma pesquisa, a análise realizada sobre o lugar das políticas de ação afirmativa e das políticas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras revelou um cenário bem mais desafiador (Carreira e Souza, 2022). Se os estudantes demandavam um variado leque de ações e programas, as universidades em geral reservavam um lugar mais acanhado para as políticas de permanência estudantil e para as ações afirmativas nos seus planos de desenvolvimento institucional e nos relatórios das comissões próprias de avaliação, entre outros documentos. Muitas vezes, tivemos a percepção, entrevistando gestores e docentes, de que a universidade federal brasileira colocou em prática as políticas de ação afirmativa e de permanência preconizadas pelas leis (decreto de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES de 2010, Lei de cotas de 2012, Lei de cotas de 2023 e Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES de 2024), limitando-se ao que era obrigatório e que atendia à legislação vigente.

Ao final da pesquisa, nos perguntávamos: as universidades federais brasileiras realmente abraçaram a causa da democratização e da diversificação do seu público? Também nos perguntamos: as universidades federais brasileiras estão cientes da sua responsabilidade institucional de não apenas cumprir com a adoção das ações afirmativas e da assistência estudantil, mas sim de repensar seu próprio papel na sociedade, de reconhecer o quanto precisam avançar também na diversificação da produção de conhecimento, da busca de soluções para a sociedade brasileira, na construção de novos problemas de pesquisa e no papel que a diversificação do seu público tem para que todas estas transformações aconteçam?

Certamente as respostas a essas questões não são simples e implicam uma reflexão profunda sobre o lugar que as universidades públicas – aqui, neste caso, as universidades federais – ocupam no imaginário social brasileiro, tanto do ponto de vista inspiracional, como horizonte de possibilidade, quanto em termos de representação sobre possibilidades de mobilidade social ascendente e transformação de trajetórias individuais.

As políticas de ação afirmativa adotadas pelo governo brasileiro a partir de 2012 contribuíram para colocar a possibilidade de ingresso nas universidades públicas como uma aspiração mais próxima da realidade de muitos jovens estudantes de escola pública, cotistas, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e estudantes com deficiência, que passaram a considerar essas instituições como um lugar possível de almejar após a conclusão do Ensino Médio.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Temos um contingente expressivo de estudantes universitários que são a primeira geração das suas famílias a chegar nesse nível de ensino. O horizonte de possibilidades de ingresso no Ensino Superior se ampliou. Não se trata apenas de imaginar essa trajetória, mas efetivamente alcançar esse patamar educacional, que se tornou mais acessível a partir das ações afirmativas. Ao mesmo tempo, esses estudantes se deparam, após o ingresso, com uma universidade que não se preparou para recebê-los e integrá-los plenamente à vida universitária. As narrativas de estudantes cotistas e de primeira geração em inúmeras pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas documentam experiências e sentimentos de inadequação, deslocamento e pouca familiaridade com o universo acadêmico e com todo um conjunto de práticas e valores que ali circulam[2].

Por outro lado, boa parte da literatura que tem se debruçado sobre as políticas de permanência estudantil aponta que não existe uma fórmula única para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes e que é necessário combinar diferentes estratégias que incluem apoio material e mecanismos que facilitem o aprendizado, o desempenho acadêmico e o senso de pertencimento dos estudantes na universidade (Heringer; Dias; Toti; Prado, 2025).

Nesse sentido, este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre a importância de ações integradas, que envolvam diferentes atores dentro das instituições, ações que possam realmente promover a permanência e a conclusão do curso com sucesso para a maioria dos estudantes. Para contribuir para esta reflexão, este texto tem como objetivo fazer um breve balanço dos avanços e desafios apresentados à permanência estudantil nas universidades federais no período recente, tendo como referência a Educação Superior como direito e as ações afirmativas como ferramenta importante para promover a diversificação dos estudantes que acessam o Ensino Superior público.

O acesso ampliado, que se deu através de um conjunto de medidas combinando ação afirmativa e expansão do sistema, não recebeu todos da mesma maneira. Um perfil importante de estudantes chega ao Ensino Superior com demandas específicas que vão impactar na sua permanência. Esses estudantes não apenas enfrentam dificuldades financeiras para se manter nos seus cursos, mas também estão diante de dificuldades acadêmicas e simbólicas (Heringer; Dias; Toti; Prado, 2025).

Neste artigo vamos nos dedicar a analisar, por um lado, as principais conquistas e lições a partir da adoção de ações afirmativas e políticas de permanência. Por outro, vamos identificar e refletir sobre os principais desafios colocados para a ampliação e consolidação da permanência estudantil nas universidades federais.

[2] Como exemplos de estudos que evidenciam esses achados, podemos citar: Dantas, 2025; Souza e Silva, 2003; Carneiro, 2018; Menezes, 2019, entre outros.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

É preciso observar as mudanças ocorridas nesse período. É preciso observar as políticas que foram bem sucedidas no acolhimento e na promoção da permanência dos estudantes beneficiários das ações afirmativas que passaram a ingressar nas universidades federais. Ao mesmo tempo, é preciso observar os desafios que continuam presentes neste campo.

Essa não é uma tarefa simples. Muito foi feito, muito foi testado, pouco foi avaliado e precisamos ter mais e melhores ferramentas de monitoramento e avaliação dessas políticas. A implementação da nova Política Nacional de Assistência Estudantil, através da Lei 14.914/2024 (BRASIL, 2024) é uma ótima oportunidade para olharmos a fundo para as diferentes ações adotadas pelas universidades federais.

Do ponto de vista metodológico, este artigo tem um caráter de ensaio reflexivo, a partir de um conjunto de pesquisas realizadas principalmente pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos últimos anos. Tomando como ponto de partida a pesquisa sobre o balanço da Lei de Cotas (Heringer e Carreira, 2022), aprofundaremos aspectos específicos sobre o desenvolvimento das políticas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras, analisando também resultados de outras pesquisas do laboratório, incluindo o estudo "Para além do apoio material: avanços e desafios para a permanência estudantil nas universidades federais brasileiras" (Heringer et al., 2025).

O artigo se divide em cinco seções, incluindo esta introdução. No próximo item, apresentaremos uma breve contextualização da expansão do Ensino Superior e a diversificação do público que passa a acessar as universidades federais nos últimos 20 anos, tendo como marco algumas das políticas públicas implementadas no período.

Na terceira seção, vamos abordar algumas das conquistas e lições resultantes da implementação das políticas de permanência, tendo como foco as dimensões material, acadêmica e simbólica da permanência estudantil.

Na quarta seção, vamos falar dos desafios ainda presentes para a plena permanência da maioria dos estudantes cotistas, de primeira geração ou que apresentam algum tipo de vulnerabilidade que deve e pode ser abordada pelas políticas universitárias.

Nas considerações finais trazemos uma síntese dos principais pontos levantados ao longo do artigo e propomos algumas recomendações para as instituições, bem como desdobramentos de novas agendas de pesquisa.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Breve contextualização da expansão e diversificação da universidade pública

O Ensino Superior brasileiro foi atravessado por mudanças significativas nos últimos 20 anos. Para efeitos deste texto, esse período é delimitado pelo início das primeiras políticas de ação afirmativa nas universidades federais, tendo como marco a UnB (Universidade de Brasília) como a primeira a adotar ações afirmativas para estudantes negros em 2003. Estende-se pela criação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) em 2007 (Brasil, 2007b), através de portaria e sua atualização em 2010 através de decreto (Brasil, 2010), passa pela adoção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 (Brasil, 2007a), pela adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2009 (INEP, 2009), do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010 (MEC, 2010), da Lei de Cotas em 2012 (Brasil, 2012) como uma medida obrigatória para as universidades federais, e, mais recentemente, pela nova Lei de Cotas em 2023 (Brasil, 2023) e pela criação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2024 (Brasil, 2024; Vargas, 2014; Sampaio, 2014; Neves, Sampaio e Heringer, 2018; Barbosa, 2014; Heringer, 2025).

A universidade pública no Brasil, marcada historicamente por elitismo e por um limitado acesso da maioria dos jovens, se torna, a partir do início do século XXI, um espaço progressivamente mais aberto à presença de estudantes que são a primeira geração de sua família a ingressar no Ensino Superior e passa aos poucos a receber estudantes que não tinham essa perspectiva inicialmente nas suas trajetórias.

Observamos ao longo da década de 2000 e até a metade da década de 2010 uma ampliação do número de vagas nas universidades federais e demais instituições federais de Ensino Superior, acompanhada também de uma diversificação do seu público (Heringer e Carreira, 2022). A expansão se caracterizou, a partir do REUNI, por um aumento do número de vagas, do número de *campi* universitários e pela criação de novas universidades, além da ampliação do ensino noturno.

É importante registrar, lembrando Vargas (2014), a partir do seu trabalho sobre o REUNI na UFF (Universidade Federal Fluminense), que a implementação desta política se deu por adesão e as universidades tiveram que responder a diferentes condicionantes para receberem os recursos disponibilizados pelo programa. Entre os critérios para adesão ao REUNI encontravam-se o aumento do número de ingressantes e a ampliação de políticas de assistência estudantil, a fim de ampliar a permanência dos estudantes e reduzir a evasão (Gouveia, 2009; Vargas, 2014).

Um outro movimento importante, indutor de políticas de democratização do Ensino Superior público, foi a adoção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como principal

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

mecanismo de seleção para as instituições federais de Ensino Superior. Com essa medida, adotada em 2009 a partir das adequações feitas ao exame, foi possível simplificar os mecanismos de acesso, processo incrementado pela criação do Sistema de Seleção Unificada, o SISU, que tornou possível baratear o processo de seleção de alunos e melhorar a ocupação das vagas em nível nacional (Klitzke, 2018).

Uma outra política relevante nesse processo de democratização da Educação Superior pública foi o fortalecimento do PNAES, que ocorreu a partir de 2010. Os objetivos do programa levavam em conta justamente a busca pela democratização de condições de permanência dos jovens na Educação Superior com o intuito de reduzir as taxas de retenção e evasão (Brasil, 2010).

Entre as áreas de atuação do PNAES encontramos: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esportes, Educação Infantil para filhos de estudantes, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência. A operacionalização dessa política se deu através da transferência de recursos orçamentários para as universidades e demais instituições federais de educação superior, que se concentraram especialmente em iniciativas de apoio financeiro através de bolsas, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-moradia.

Ao mesmo tempo em que foram ampliadas as oportunidades de acesso ao Ensino Superior federal, a partir da década de 2000, o Brasil assiste à adoção das políticas de ação afirmativa voltadas para a ampliação de oportunidades de acesso ao Ensino Superior para estudantes de escola pública, de menor renda, pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência. Tais políticas tiveram início principalmente por pressão de movimentos sociais organizados, tais como o movimento negro e o movimento indígena, que denunciaram ao longo de décadas a exclusão vivida por esses grupos no que se refere ao acesso ao Ensino Superior. Inicialmente, tais medidas foram implementadas de forma isolada, por decisões de leis estaduais ou de conselhos universitários de cada instituição. Entretanto, após a continuidade da mobilização política e a pressão sobre o governo federal e sobre o Congresso Nacional, projetos de lei que tramitaram por décadas propondo ações afirmativas ganharam maior adesão, levando à aprovação da Lei nº 12.711, de 2012, que ficou conhecida como Lei de Cotas (BRASIL, 2012; Feres Júnior, 2008).

Ao se completarem dez anos de vigência dessa lei, iniciou-se o debate sobre a necessidade de avaliação dessas políticas, visando à deliberação futura sobre a continuidade ou não das políticas de ação afirmativa no país. Embora a lei de 2012 previsse mecanismos de monitoramento de sua implementação, na prática esse acompanhamento não ocorreu e os setores envolvidos nesse debate identificaram a conjuntura política adversa em que esse debate iria se dar, num contexto conservador e refratário às propostas de continuidade dessas políticas.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Diante da ausência de mecanismos avaliativos por parte do governo federal, pesquisadores e ativistas em prol das ações afirmativas desenvolveram estudos voltados para analisar os impactos dessas políticas e subsidiar o debate público ao redor da continuidade desses programas. Entre os estudos desenvolvidos destacamos a pesquisa coordenada por pesquisadores da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e do AFRO/CEBRAP (Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) (Campos e Lima, 2025), e a pesquisa realizada pelo LEPES/UFRJ, em conjunto com a Ação Educativa (Heringer e Carreira, 2022).

Ambos os estudos apontaram resultados promissores em relação ao sucesso das ações afirmativas como mecanismo de democratização do acesso ao Ensino Superior, demonstrando numericamente a ampliação da presença de estudantes pretos e pardos no Ensino Superior público. Heringer e Carreira (2022) apontam, por exemplo, que a proporção de estudantes matriculados em universidades federais que ingressaram por alguma reserva de vaga passou de 6% em 2010 para 35% em 2019, combinando as vagas segundo os diferentes critérios previstos em lei.

A partir de 2015, agrava-se a crise econômica e política que conduzirá ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, inaugurando um período de instabilidade política, com um governo caracterizado por políticas de ajuste fiscal que afetaram várias atividades do governo federal, incluindo políticas sociais e recursos para as universidades. No que se refere ao Ensino Superior público, após um crescimento contínuo de matrículas desde o início da década anterior, assiste-se ao declínio do número de matrículas a partir de 2017 (Heringer, 2023).

O quadriênio 2019-2022 foi marcado por mudanças significativas na condução das políticas públicas para a Educação Superior, com impactos diretos sobre as universidades federais. A interrupção ou enfraquecimento de políticas de inclusão e democratização implementadas nas décadas anteriores ocorreu paralelamente à redução dos investimentos públicos e ao aumento das tensões em torno da autonomia universitária, em decorrência de iniciativas do Ministério da Educação que ampliaram sua intervenção sobre as instituições federais de ensino. Em documento divulgado em 2021, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) destacou que os efeitos dos sucessivos contingenciamentos orçamentários eram agravados por medidas normativas, pareceres e vetos presidenciais que restringiam a gestão de pessoal e comprometiam o funcionamento das universidades. Nesse contexto, os desafios enfrentados pelas instituições extrapolaram a questão do financiamento cotidiano, alcançando também a sustentabilidade das atividades de pesquisa, da pós-graduação e dos programas de bolsas. Esse cenário colocou em risco a capacidade das universidades públicas de manter suas funções de produção científica, formação de recursos humanos qualificados e contribuição para o desenvolvimento social e tecnológico do país (Heringer, 2024).

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

A pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, agravou ainda mais o quadro de redução de matrículas, com uma diminuição importante no número de inscritos para as provas do ENEM e um aumento da retenção de estudantes, do número de trancamentos, do abandono e da evasão (Sampaio et al., 2022; Senkevics et al., 2022).

Uma recuperação gradual das matrículas e do número de ingressantes passaria a ocorrer no período após 2023, com o início do terceiro Governo Lula. Também houve uma recuperação parcial das dotações orçamentárias para as universidades públicas, porém em patamares ainda inferiores aos do início da década de 2010.

No novo contexto político, a partir de 2023, a discussão sobre a renovação da lei de cotas foi retomada no Congresso Nacional, por iniciativa de parlamentares no campo progressista[3]. Ao longo de 2023 foram realizadas audiências públicas que incorporaram demandas de organizações dos movimentos negro, indígena e quilombola. A nova Lei de Cotas foi sancionada pelo presidente Lula em novembro de 2023. A lei reduziu de 1,5 para 1 salário-mínimo mensal per capita o limite máximo de renda neste tipo de reserva de vagas, além de prever a prioridade para o recebimento de assistência estudantil por estudantes cotistas que se encontrem em situação de vulnerabilidade no momento do ingresso no Ensino Superior. Também formalizou a disponibilização das vagas de ampla concorrência para todos os estudantes que concorrem no Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e estabeleceu mecanismos de monitoramento e avaliação do seu cumprimento, com a previsão de acompanhamento e avaliação pelo Ministério da Educação, juntamente com outras instâncias do Governo Federal, com previsão de avaliação a cada dez anos e divulgação de relatórios anuais de acompanhamento.

Ainda como uma medida mais recente em relação ao Ensino Superior público, trazemos a aprovação, em 2024, da Lei nº 14.914, que criou a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - e que até a submissão deste artigo aguardava a regulamentação (Brasil, 2024). Este instrumento legal propõe uma sistematização abrangente de um conjunto de ações que, em grande parte, já existiam, porém passam a estar consolidadas em um texto legal, com maior padronização.

A aprovação dessa lei representa um marco na institucionalização da assistência estudantil no Brasil ao conferir caráter permanente à política anteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010). A transformação de um programa governamental em política de Estado respondeu a uma demanda histórica dos dirigentes das instituições federais de Ensino Superior e das equipes responsáveis pela

[3] A partir da proposta apresentada pelos deputados Maria do Rosário (PT-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Damião Feliciano (PDT-PB), além de outros 52 signatários, através do Projeto de Lei nº 5384/2020, foi iniciada a discussão sobre a atualização da Lei de Cotas. A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) assumiu a relatoria do projeto em março de 2023 e conduziu o processo até a aprovação no mesmo ano.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

implementação das ações de assistência estudantil, fundamentada na compreensão de que as políticas de permanência constituem um componente essencial da democratização da educação superior, uma vez que ampliam as condições de continuidade dos estudos para estudantes em situação de vulnerabilidade social e, consequentemente, aumentam suas possibilidades de conclusão do curso (Heringer, 2025).

Entre as inovações introduzidas pela Lei nº 14.914/2024 destaca-se a ampliação da concepção de permanência estudantil. A política deixa de enfatizar exclusivamente a oferta de auxílios financeiros e materiais e passa a incorporar, de forma mais explícita, programas voltados ao apoio acadêmico e ao desenvolvimento das trajetórias estudantis. Essa mudança traduz o reconhecimento de que a permanência no Ensino Superior resulta da articulação entre diferentes dimensões do suporte institucional. Conforme argumentam Heringer et al. (2025), a permanência deve ser compreendida como um processo que integra apoio financeiro, suporte acadêmico e reconhecimento simbólico, favorecendo a participação plena dos estudantes na vida universitária.

Outro avanço importante refere-se à definição do público prioritário da política. O artigo 5º estabelece que os beneficiários das políticas de ação afirmativa constituem um dos grupos prioritários para o acesso às ações previstas pela PNAES (Brasil, 2024). Além desse critério, a legislação prevê a consideração de diferentes indicadores de vulnerabilidade, como renda familiar, origem em escola pública, ingresso por reserva de vagas e condição de pessoa com deficiência, admitindo a sobreposição entre esses fatores. Ao incorporar essa perspectiva, a Lei nº 14.914/2024 reforça a articulação entre as políticas de acesso e de permanência, em consonância com as alterações promovidas na Lei de Cotas pela Lei nº 14.723/2023, que estabelece prioridade para estudantes cotistas em situação de vulnerabilidade social no acesso às políticas de assistência estudantil (Brasil, 2023).

Como a referida lei ainda se encontra em processo de implementação, no momento é mais prudente nos dedicarmos a analisar a implementação das políticas de permanência no período 2010-2024, observando com atenção os principais avanços e desafios na implementação de ações nesse campo. Acreditamos que, ao examinarmos essa experiência recente, teremos mais condições de planejar o futuro.

Conquistas e lições resultantes da implementação das políticas de permanência

Nesta seção, vamos abordar algumas das conquistas e lições desde a criação do PNAES em 2007, fortalecido com o decreto em 2010, com foco na implementação das políticas oficialmente chamadas de assistência estudantil, levando em conta as dimensões material, acadêmica e simbólica das políticas de permanência.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

No histórico das ações desenvolvidas pelas universidades federais nesse campo ao longo dos últimos 20 anos, podemos identificar num primeiro momento um predomínio de ações tradicionalmente alocadas no âmbito da dimensão material, voltadas para a concessão de auxílios financeiros na forma de bolsas, e de auxílios voltados para moradia, alimentação e transporte (Vargas e Heringer, 2016). Essa é a concepção clássica de assistência estudantil que vigorou de forma majoritária ao longo da primeira década de implementação dessas políticas.

Houve uma ampliação orçamentária dos recursos destinados às políticas de permanência. Esse aumento foi progressivo a partir de 2010, com uma crescente ampliação dos recursos destinados ao PNAES no período, chegando a 1,5 bilhão em 2015 (Lima e Ferreira, 2026).

Em levantamento realizado em 2016, com base em dados coletados em 2015, identificamos que a grande maioria das universidades federais naquele momento oferecia algum tipo de auxílio ou bolsa com o objetivo de apoiar os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Essas bolsas variavam na sua nomenclatura, porém destinavam-se principalmente a esse apoio imediato (Vargas e Heringer, 2016). Os números que levantamos referentes a 2015 informavam que 100% das 63 federais existentes à época ofereciam Bolsa Permanência (criada pelo Ministério da Educação em 2013); e 76% ofereciam algum tipo de bolsa ou auxílio para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, em sua maioria associados a benefícios específicos como moradia ou alimentação. Das 63 universidades, 98% ofereciam residência estudantil ou auxílio para moradia e 90% ofereciam restaurante universitário ou auxílio-alimentação. O que chamou a atenção na análise realizada naquele momento foi a diversidade de auxílios oferecidos e a autonomia das universidades para definir critérios de elegibilidade, valores, período de concessão desses benefícios etc. (Vargas e Heringer, 2016).

Com o passar dos anos, o avanço das ações afirmativas e a maior experiência institucional de implementação da assistência estudantil, as universidades federais brasileiras passaram a diversificar suas formas de apoio estudantil. Foram ampliadas ao longo dos anos as ações voltadas para outros aspectos previstos no decreto do PNAES, tais como atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência (Brasil, 2010). Para além dos auxílios financeiros, incluindo moradia e alimentação, observamos que as principais áreas em que as universidades ofereciam apoio em 2015 eram em relação à atenção à saúde e auxílio para creche. Ainda assim, predominava uma visão voltada para o atendimento às necessidades básicas de moradia, alimentação e transporte.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Em novo levantamento realizado em 2023, observamos uma transformação importante nesse quadro, com a inclusão de novos tipos de benefícios e auxílios e um maior equilíbrio entre ações voltadas à permanência material, acadêmica e simbólica (Heringer et al., 2025). Foi observado a partir desse levantamento que as universidades federais brasileiras diversificaram bastante as ações voltadas para a permanência estudantil e não ficaram restritas ao apoio material. No âmbito da classificação proposta no próprio levantamento, inspirada em Reis (2009) e Vargas e Heringer (2016; 2017), foi possível observar o grande crescimento de ações voltadas para a permanência acadêmica e a permanência simbólica. Destacamos a ampliação de ações de apoio acadêmico, que têm por finalidade "a promoção da aprendizagem e a melhora nas avaliações e, consequente, desempenho acadêmico, enquanto o objetivo do apoio simbólico se caracteriza pela ampliação e promoção do senso de pertencimento à instituição" (op. cit, p. 196).

Várias universidades passaram a oferecer a bolsa ou auxílio financeiro de forma integrada, levando em conta as necessidades dos diferentes estudantes e uma avaliação socioeconômica global da situação do estudante.

Comparando com 2015, a pesquisa de 2023 identificou uma maior presença de ações de apoio pedagógico, antes menos priorizadas no âmbito das políticas de permanência, e que passaram a ter uma presença maior, incluindo a oferta de ações de tutoria, monitoria e apoio para material didático, entre outras medidas. Como aponta o estudo (Heringer et al., 2025, p. 198):

> Identificamos que o mais frequente nas 69 universidades é o apoio psicológico, existente em 63 delas, seguido do apoio pedagógico (56), ações de esporte e cultura (55), serviços de saúde (49) e ações de lazer (47). Mesmo com todas as dificuldades em localizarmos dados nos sites, no caso do apoio acadêmico, foi possível identificar que em todas elas ao menos um tipo de apoio é oferecido, com 70% das universidades oferecendo todas as modalidades que identificamos. (...) As ações mais recorrentes em relação ao apoio pedagógico são os atendimentos individuais (63,8%), seguido das oficinas (56,5%), das mentorias/tutorias para disciplinas com grandes índices de reprovação (34,8%), de palestras (42%), ações para ingressantes (27,5%).

Também ganharam destaque as ações de apoio simbólico, com a emergência dos coletivos estudantis, com suas demandas específicas, levando a uma maior atenção institucional às ações traduzidas em programas de acolhimento e de apoio a coletivos estudantis. Segundo o estudo mencionado anteriormente (Heringer et al., 2025, p. 199):

> A partir dos dados coletados nos sites, identificamos que as políticas de apoio simbólico mais frequentes são aquelas voltadas a estudantes com deficiência, presentes em 51 (73,9%) das universidades. Na sequência, com uma frequência bem parecida aparecem aquelas voltadas para a população indígena e quilombola em quase 70% das universidades, assim como as pensadas pelo recorte de raça e gênero em quase 70% também.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

> Além disso, identificamos que em 40 universidades (58%) há ações para a população LGBTQIA+, em 30 (43,5%) há ações para estrangeiros e em 20 (29%) para a população em situação de refúgio. Ainda foi possível identificar que em 38 universidades (55,1%) há programas e ações que incentivam os coletivos estudantis.

Fundamentalmente, o que os estudos mais recentes têm demonstrado é um equilíbrio maior entre a oferta de ações e programas referentes a essas três dimensões (material, acadêmica e simbólica), mostrando uma maior articulação entre as ações de permanência nas universidades federais e uma busca por responder a demandas específicas e diversas dos estudantes.

Um outro aspecto relevante é a crescente preocupação em aperfeiçoar procedimentos de divulgação, seleção e concessão de bolsas e auxílios aos estudantes, através da otimização de cronogramas, esforço em unificar editais e iniciativas de aperfeiçoar os mecanismos de esclarecimentos de dúvidas e de aferição de documentação comprobatória. Essas ações, embora ainda iniciais, revelam uma busca de maior efetividade e transparência nos processos por parte das universidades.

Apesar dos avanços mencionados neste item e identificados através de diferentes pesquisas, podemos apontar também importantes desafios na implementação das políticas de permanência. Alguns desses aspectos serão apresentados na próxima seção.

Desafios ainda presentes para a plena permanência da maioria dos estudantes

Nesta seção vamos apontar alguns desafios ainda presentes para a plena permanência no Ensino Superior público de muitos estudantes cotistas e de primeira geração, ou que apresentam algum tipo de vulnerabilidade.

Um dos principais desafios para a efetivação da Política Nacional de Assistência Estudantil refere-se à garantia de financiamento compatível com a ampliação das responsabilidades atribuídas pela Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024). A consolidação da assistência estudantil como política permanente exige recursos estáveis e suficientes para assegurar a implementação das ações previstas, condição que contrasta com o cenário recente de restrições orçamentárias enfrentado pelas instituições federais de Ensino Superior. Dados divulgados em 2025 evidenciam essa contradição ao indicar que o orçamento discricionário das universidades federais, excluídos os gastos com benefícios destinados aos servidores, totalizou R$ 5 bilhões em 2024, montante inferior aos R$ 6,7 bilhões registrados em 2016 e aos R$ 5,5 bilhões de 2019. Esses recursos financiam despesas essenciais para o funcionamento das universidades, incluindo manutenção da infraestrutura, pagamento de serviços básicos, limpeza dos campi e ações de assistência estudantil. Nesse contexto, a expansão das políticas

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

de permanência prevista na nova legislação esbarra em limites orçamentários que comprometem sua efetividade. Caso esse quadro de subfinanciamento persista, cresce o risco de redução do número de estudantes atendidos e de enfraquecimento da capacidade das instituições de assegurar condições adequadas de permanência, comprometendo os avanços alcançados no processo de democratização da educação superior.

Para além dessa limitação estrutural, consideramos também oportuno abordar outros obstáculos colocados à plena inserção dos estudantes cotistas e de primeira geração nas universidades federais brasileiras. Neste momento, refletimos sobre aspectos apontados em estudos recentes do LEPES (Martins, 2022; Prado, 2021; Abreu, 2025; Dantas, 2025; Santos, 2024; Crespo, 2024; Pessoa, 2024; Brito, 2023; entre outros).

Do ponto de vista das dificuldades materiais associadas à permanência estudantil, permanece vigente o desafio de conciliar trabalho e estudo, que atinge um número significativo de estudantes cotistas (Pessoa, 2024). Ainda que tenha ocorrido uma ampliação das políticas de bolsas e auxílios visando ampliar o apoio material, observamos que essas ações não conseguem beneficiar todos os estudantes que as demandam. Por outro lado, para um determinado perfil de estudantes cotistas e de primeira geração, o valor de um auxílio ou mesmo de uma bolsa acadêmica não é suficiente para cobrir as necessidades básicas, levando à necessidade de recorrer a outros tipos de acesso à renda, frequentemente através de estágios remunerados, ocupações informais, jornadas intermitentes, incluindo trabalhos no fim de semana e que exigem baixa qualificação. As características atuais do mercado de trabalho brasileiro, menos regulamentado, com crescente plataformização e vínculos mais frágeis marcados pelo trabalho autônomo e como microempreendedor, trazem oportunidades e, ao mesmo tempo, novos desafios para os estudantes que não podem contar com apoio familiar para custear suas despesas e precisam lançar mão de outras estratégias de inserção no mercado de trabalho (Fundação Itaú et al., 2025).

No caso das estudantes mães, tais condições se agravam pela dificuldade em conciliar os cuidados demandados pela maternidade com as atividades acadêmicas. Como demonstrado em estudos recentes sobre o tema (Abreu, 2025; Moura, 2024), as estudantes mães não apenas enfrentam sobrecarga em função das próprias dinâmicas familiares e padrões tradicionais das relações de gênero e configurações familiares, mas também encontram dificuldades decorrentes das condições inadequadas e insuficientes nas universidades federais para recebê-las. Tais obstáculos se apresentam nas barreiras físicas e de infraestrutura; na pouca flexibilidade dos regulamentos voltados para regimes domiciliares e mesmo no preconceito de docentes e técnicos em relação à presença e às necessidades das estudantes mães (Ibidem).

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

No campo da infraestrutura institucional, não apenas as estudantes mães enfrentam dificuldades. É frequente no relato de estudantes cotistas e de primeira geração a precariedade dos serviços voltados ao bem-estar dos estudantes em muitas universidades federais. Essa precariedade se traduz em espaços inadequados para estudo, para refeições, para descanso e para socialização e convivência entre os estudantes. Mais uma vez, os constrangimentos orçamentários terminam muitas vezes por limitar a capacidade institucional de responder a essas diferentes demandas, que não são destinadas apenas aos estudantes cotistas e de primeira geração, mas incidem sobre o bem-estar de todos os estudantes. É importante reconhecer, no entanto, que os estudantes cotistas e de primeira geração são em geral os mais afetados pela precariedade da infraestrutura nos campi universitários, pois com frequência são aqueles que residem em locais mais distantes e que enfrentam pior qualidade do transporte público, principalmente nas grandes cidades, marcadas por padrões de segregação residencial (Casal e Heringer, 2023; Pessoa, 2024).

A jornada de estudantes cotistas ou de primeira geração na universidade pública está frequentemente atravessada por desafios do ponto de vista acadêmico e institucional. Nesse campo, destacamos a persistência em muitas instituições de sistemas burocráticos nos procedimentos de solicitação de apoio estudantil. Na pesquisa sobre o balanço da lei de cotas (Heringer e Carreira, 2022) e em outros estudos feitos pelo LEPES (Pessoa, 2024; Santos, 2024), foi recorrente a crítica aos procedimentos de elaboração, divulgação e andamento dos editais voltados para bolsas e auxílios estudantis. Também identificamos que essas informações nem sempre estão explícitas e bem explicadas nos sites e outras ferramentas de comunicação das universidades (Heringer et al., 2025).

Por outro lado, observamos que a própria estrutura curricular e as normas de gestão do fluxo acadêmico com frequência são pouco flexíveis, trazendo dificuldades para a adaptação de estudantes que não conseguem, por diferentes razões, a periodização regular no curso. Tais dificuldades se traduzem em excesso de pré-requisitos em disciplinas, pouca flexibilidade para trancamento e rematrícula, oferta limitada de disciplinas eletivas e poucas possibilidades de diversificar o currículo com aprendizagens em outras áreas, entre outros aspectos (Vargas, 2025; Borges, 2022).

No campo mais amplo da dimensão acadêmica da permanência, estudantes cotistas e de primeira geração relatam em diferentes estudos a dificuldade na relação com os professores, sendo a sala de aula muitas vezes um local de exclusão e vulnerabilidade (Pessoa, 2024; Borges, 2022; Brito, 2023). Embora a sala de aula seja apontada por autores como Vicent Tinto (1987) como o espaço por excelência de promoção da permanência dos estudantes, observamos que em muitos casos esse termina por ser um espaço pouco acolhedor, de reprodução de

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

preconceitos e de desvalorização do conhecimento trazido por uma diversidade de estudantes (Honorato e Borges, 2023). Os constrangimentos passam também por dificuldades no campo da aprendizagem, da leitura e interpretação de textos, do despreparo em relação a alguns conteúdos em função da precariedade do ensino médio cursado, ou mesmo de uma espécie de "nostalgia" por parte de alguns professores em relação a um modelo de estudante ideal, que chegava à universidade pública sem dificuldades, sem fragilidades na sua formação (Heringer e Carreira, 2022; Honorato e Borges, 2023).

Essas dificuldades muitas vezes são agravadas pelos formatos de avaliação adotados, pela persistência de conteúdos pouco diversos nas disciplinas, seja em termos de temas e autores estudados (Dantas, 2025; Guimarães et al., 2020), ou pelo não oferecimento de formação adicional em áreas como ensino de línguas estrangeiras, por exemplo, que faria muita diferença para os estudantes cotistas e de primeira geração.

Como resultado de todos esses aspectos e de outros não detalhados aqui, o percurso estudantil na universidade pública de alunos cotistas e de primeira geração é com frequência marcado pelo que a literatura já identificou como falta de senso de pertencimento àquele ambiente, como uma marca de inadequação ou uma percepção de que aquele não é seu lugar, de que esses estudantes não teriam direito de estar ali. Essa percepção é mais frequente entre estudantes cotistas ou de primeira geração em cursos mais seletivos, nos quais frequentemente ainda são uma minoria, apesar do avanço das ações afirmativas (Dantas, 2025; Bonaldi e Viricimo, 2026).

Muitos desses aspectos aqui mencionados colocam em xeque a consolidação das políticas de permanência estudantil e as perspectivas de sucesso acadêmico desses estudantes. Sabemos que os efeitos duradouros das dificuldades enfrentadas durante a pandemia de Covid-19 agravaram em muitos casos esse quadro, e que esses fatores contribuíram para a expansão de uma verdadeira "epidemia" de transtornos ligados à saúde mental dos estudantes nesse período (Honorato e Borges, 2025; Macedo et al., 2020; Sampaio et al., 2023). A resiliência necessária para enfrentar todas essas barreiras sociais e institucionais pode levar muitos estudantes a se desmotivarem em relação ao curso escolhido ou mesmo à perspectiva de conclusão do ensino superior, gerando um acúmulo de frustrações e falta de interesse em concluir essa etapa de formação.

Diante desse quadro, e apesar das lições aprendidas a partir das políticas de permanência implementadas nesse período, observamos que ainda há um longo caminho a percorrer pelas universidades federais para se tornarem espaços não só de acesso ampliado, mas de vivência plena e aprendizado para todos os estudantes que chegam a esse nível de ensino.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

Considerações finais

Os dados e reflexões apresentados ao longo do texto revelam avanços importantes na implementação de políticas de permanência nas universidades federais brasileiras. Por outro lado, apontam também desafios que devem ser enfrentados para o pleno sucesso dessas políticas. Se observarmos a natureza dos desafios, identificamos que muitos são resultantes de aspectos que operam no cotidiano do processo educativo, e fazem parte de construções institucionais de médio prazo. Em alguma medida, esses processos não são implementados automaticamente a partir de um texto legal e, em alguns casos, não estão totalmente condicionados à disponibilidade de recursos, embora saibamos que o equilíbrio orçamentário é fundamental para a plena concretização das políticas de permanência. Existem, porém, dinâmicas que extrapolam o aspecto econômico e se distribuem por diferentes espaços institucionais. Nessas considerações finais, trazemos alguns pontos de atenção para continuar refletindo e aprofundando o conhecimento sobre a permanência estudantil nas universidades.

Um aspecto que chama atenção a partir da análise é a pouca disponibilidade de dados sistematizados que possibilitem monitoramento qualificado da eficácia das políticas de permanência. Conhecemos dezenas de estudos de caso com detalhamento de experiências institucionais específicas que em muito enriquecem o conhecimento no campo. Entretanto, reforçamos a importância da construção, sistematização e análise de dados que acompanhem a trajetória de beneficiários de políticas de permanência ao longo do tempo.

Também é relevante articular a pesquisa sobre a trajetória de estudantes beneficiários de políticas de permanência, comparando-os com beneficiários de bolsas acadêmicas, incluindo iniciação científica, monitorias, bolsas em projetos de extensão etc. Essas atividades devem cada vez mais dialogar dentro da dinâmica universitária, a fim de consolidar a percepção de diferentes experiências acadêmicas como fator de permanência.

Para observar esse percurso é muito importante o aperfeiçoamento das diferentes ferramentas de monitoramento disponíveis. Chamamos a atenção aqui para o *dashboard* desenvolvido pela Universidade do Texas em Austin, apresentado em trabalho anterior (Heringer, 2022).

Não podemos deixar de fazer menção à relevância de desenvolvermos estudos longitudinais que acompanhem coortes específicas de estudantes e possam evidenciar os efeitos das políticas de permanência ao longo do tempo em diferentes momentos da trajetória estudantil. Destacamos aqui o exemplo de pesquisa realizada por Martins

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

(2022) para a coorte de ingressantes na UFRJ em 2014. Também chamamos a atenção para o trabalho de Fellin (2025) com a análise de dados sobre estudantes cotistas da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Consideramos oportuno destacar que o levantamento de dados é relevante não apenas do ponto de vista da pesquisa acadêmica, mas também para a orientação e o acompanhamento de políticas públicas. A sistematização de informações possibilita que os gestores universitários, coordenadores de curso, pró-reitores e outras instâncias de gestão identifiquem precocemente situações de retenção no curso e potencial evasão, possibilitando que os docentes e demais gestores possam agir rapidamente, minimizando os efeitos de eventuais dificuldades encontradas no percurso estudantil.

O acompanhamento, análise e reflexão sobre as políticas de permanência estudantil ao longo dos últimos 20 anos permitem também observar que as políticas de permanência são ferramentas em movimento. Não estão acabadas, mas encontram-se num processo contínuo de ampliação e aperfeiçoamento. É possível perceber esse movimento ao analisarmos que, na medida em que demandas específicas vão sendo atendidas, como, por exemplo, a inclusão digital tão significativa no período da pandemia, as políticas para a maternidade, as ações específicas para pessoas com deficiência, entre outras, o atendimento a esses aspectos não esgota as demandas. Ao contrário, como na própria dinâmica da luta por direitos que atravessou o processo de construção da cidadania desde o século XIX, em reflexão aprofundada por Marshall (1967), é significativo observar que, quando alguns direitos são contemplados e garantidos, eles abrem o espaço para o surgimento da demanda por novos direitos, tornando possível o alargamento da própria concepção de justiça e cidadania.

Vivenciamos então contemporaneamente o alargamento e a expansão do próprio conceito de permanência, que se torna mais complexo, com novas camadas que ainda precisam ser enfrentadas, com a necessidade de aprofundamento e desenvolvimento de novas ações. No debate contemporâneo, é possível perceber, por exemplo, a emergência de programas específicos para estudantes migrantes, quilombolas, para estudantes refugiados ou em situação de asilo, entre outros grupos.

O próprio mapeamento que realizamos em 2023 (Heringer et al., 2025) sugere uma ampliação das ações voltadas para diferentes grupos de estudantes, com a presença de iniciativas que não eram nem mesmo consideradas antes.

Por fim, cabe aqui destacar a necessidade de que as instituições estejam muito mais comprometidas com o sucesso de todos os estudantes, nos mais variados aspectos, com a possibilidade de terem mais profissionais treinados e preparados para lidar com as novas

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

situações que surgem. Esse conjunto de ações é fundamental para que não continue a se repetir a metáfora enunciada no título deste artigo, da universidade "dando com uma mão e tirando com a outra" a possibilidade de acesso e sucesso acadêmico dos estudantes.

É importante desenvolver uma nova percepção sobre quem é o estudante universitário atual e quais são suas dificuldades para se engajar plenamente nos estudos. Também é importante que o corpo docente e demais servidores estejam aptos a olhar para esses novos estudantes sem preconceitos do ponto de vista socioeconômico, étnico ou racial.

Queremos universidades diversas, renovadas, transformadas por essa diversidade e que possam efetivamente refletir a riqueza das contribuições de todos os segmentos da sociedade brasileira. Essa universidade será cada vez mais enraizada e terá melhores condições de atuar efetivamente para o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos e da construção da igualdade no Brasil.

Referências

ABREU, Kamila Eulalio. *Políticas de permanência no ensino superior: qual o lugar da mãe estudante na pós-graduação?* 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (org.). *Ensino superior: expansão e democratização.* 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

BONALDI, Eduardo Vargas; VIRICIMO, Letícia. Estudantes cotistas no curso de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina: interseccionalidades de raça e classe. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 42, p. 1-24, 2026. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/54871. Acesso em: 1 jun. 2026.

BORGES, E. N. *Políticas de permanência: percepções e ações de agentes de instituições de ensino superior*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/34/teses/922270.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 abril. 2007a.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 dez. 2007b.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 jul. 2024.

BRITO, Larissa Santos. *O insinuar do blues nas dimensões da permanência universitária: uma análise de estudantes do curso de Pedagogia na UFRJ*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho, 2018. Transição para a vida adulta em duas gerações de famílias de origem popular, 2018. (Psicologia) Universidade Federal da Bahia.

CARREIRA, Denise; SOUZA, A. L. S. *A avaliação institucional no SINAES e a institucionalização da Lei de Cotas: desafios e potências.* In: HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (org.). *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas.* Rio de Janeiro: LEPES/UFRJ; São Paulo: Ação Educativa, 2022. p. 454-518.

CASAL, M. C. R.; HERINGER, Rosana. *Evasão e retenção de alunos do curso de Pedagogia da UFRJ: um problema individual ou coletivo?* In: SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ, 12., 2023, Rio de Janeiro. *Caderno de resumos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2023. v. 1.

CRESPO, Bruna D. *O mundo que deixamos em 2020 não existe mais: análise das respostas institucionais aos desafios da pandemia no ensino superior*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

DANTAS, Marcia M. R. *Políticas de ação afirmativa: um estudo sobre a inserção no mercado de trabalho dos cotistas egressos de medicina da UFRJ em 2022*. 2025. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

FELLIN, Lourenço. *Ações afirmativas no ensino superior: trajetórias recorrentes e biografias improváveis na UFRGS*. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

FERES JÚNIOR, João. Ação afirmativa: política pública e opinião. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 38-77, 2008.

FUNDAÇÃO ITAÚ; PACTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL. *Juventudes negras e empregabilidade.* São Paulo: Fundação Itaú, 2025.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

GOUVEIA, A. P. *Acesso e permanência nos cursos de graduação da UFRJ: o Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; SOTERO, Edilza Correia; RIOS, Flavia Mateus. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020. DOI: https://doi.org/10.25091/S01013300202000020004.

HERINGER, Rosana. Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, e78962, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.78962.

HERINGER, Rosana. Expansão e transformações do ensino superior no Brasil a partir da redemocratização (1985-2022). In: OSTI, A.; FIOR, C.; CANAL, C. P. P.; ALMEIDA, L. S. (org.). *Ensino superior: mudanças e desafios na perspectiva dos estudantes*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 13-40.

HERINGER, Rosana. Educação superior brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): reflexões sobre um passado grotesco. In: LEITE, Rita de Cássia Nascimento; SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia (org.). *Observatório da vida estudantil: desigualdades e racismos: outras miradas*. Salvador: EDUFBA, 2024.

HERINGER, Rosana. Novas leis para o ensino superior público no Brasil: desafios à implementação. *Integración y Conocimiento*, Córdoba, v. 14, p. 1-13, 2025.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (org.). *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ; São Paulo: Ação Educativa, 2022. E-book.

HERINGER, Rosana; DIAS, Carlos Eduardo de Souza Braga; TOTI, Michelle Cristina da Silva; PRADO, Ruth Maria de Moraes Oliveira. Para além do apoio material: avanços e desafios para a permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 13, n. 1, p. 185-209, 2025. Disponível em: https://lepesufrj.org.br/wp-content/uploads/2025/09/artigo-Para-alem-do-apoio-material-Heringer-Dias-Prado-Toti-2025.pdf. Acesso em: 25 maio 2026. https://doi.org/10.47456/f4gw1131.

HONORATO, Gabriela de Souza; BORGES, Eduardo. Permanência na educação superior brasileira: contribuições de Vincent Tinto. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 29, e46400, 2023. DOI: https://doi.org/10.26512/lc29202346400.

HONORATO, Gabriela de Souza; BORGES, Eduardo. Saúde mental na universidade: evidências a partir de rodas de conversa com estudantes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 49., 2025, Campinas. Trabalho apresentado no GT Assuntos estudantis na educação superior: transformações recentes e perspectivas futuras. Campinas: ANPOCS, 2025.

INEP. Portaria N° 109, de 27 de maio de 2009. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009 como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 maio 2009.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

KLITZKE, Melina. *Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, Cristiane Praciano Lauriano de; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento público estudantil no ensino superior: um olhar para a assistência estudantil no Brasil e para o serviço de apoio social em Portugal (2015-2022). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 31, e310012, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782026310012.

MACEDO, E. B.; OLIVEIRA, A. S.; SOUSA, I. L. Sofrimento psíquico entre os discentes do ensino superior. *Trabalho (En)Cena*, Palmas, v. 5, n. 1, p. 213-226, 2020. DOI: https://doi.org/10.20873/2526-1487V5N1P213.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Melina Klitzke. *Fatores associados à evasão e conclusão de curso na educação superior brasileira: uma análise longitudinal*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MENEZES, Simone Cazarin de. Os desafios da permanência: as trajetórias improváveis de estudantes cotistas nos cursos de Direito, Engenharia de Produção e Medicina da UFRJ, 2019. Tese de Doutorado, PUC-Rio, Serviço Social

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 27 jan. 2010.

MOURA, Ivana de Oliveira Espírito Santo. *Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe estudante no ensino superior*. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 19-41, 2018. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.243.

PESSOA, Thayane Sueli Santos. *Permanência no ensino superior: dificuldades enfrentadas pelas alunas cotistas ingressantes em 2018.2 do curso de Pedagogia (Noturno) da UFRJ*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PRADO, Ruth Maria Moraes Oliveira. *Permanência na educação superior: o caso das Engenharias da Escola Politécnica da UFRJ*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SAMPAIO, Helena. Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (org.). *Ensino superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 103-126.

ISSN 2238-8346
DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v15n3a2026-84833

SAMPAIO, Helena; PIOLI, Letícia F. R.; WOICOLESCO, Vanessa G. (org.). *Ensino superior e Covid-19: respostas institucionais e novos desafios*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

SAMPAIO, Helena; AMARAL, Ernesto Martins Faria; CARNEIRO, Ana Maria. Desafios para a permanência no ensino superior após a pandemia de Covid-19. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 20, 2023. Disponível em: https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10585. Acesso em: 1 jun. 2026. DOI: https://doi.org/10.5935/2238-1279.2023022.

SANTOS, Arlene Maria Zimba. *Assistência estudantil na UFRJ e as políticas de permanência no ensino superior*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; BASSO, Felipe Vieira; CASEIRO, Luiza Caroline Zanlorenzi. Impactos da pandemia no acesso à graduação: desigualdades de participação e desempenho no Enem 2019-2021. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Impactos da Pandemia*, Brasília, v. 7, p. 49-86, 2022. DOI: https://doi.org/10.24109/9786558010630.ceppe.v7.5575.

SOUZA e SILVA, Jailson de, 2003. "Por que uns e não outros?": caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7Letras.

TINTO, V. (1987). From theory to action: exploring the institutional conditions for student retention. Em J. C. Smart (Ed.). Higher Education: handbook of theory and research. (pp. 51-89). The University of Chicago. https://www.springer.com/series/6028.

VARGAS, Hustana Maria. REUNI na Universidade Federal Fluminense: aspectos da interiorização. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (org.). *Ensino superior: expansão e democratização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 211-236.

VARGAS, Hustana Maria. Por um campus amável: contributos da Sociologia. *Sociologia*, Porto, n. 52, p. 37-73, 2025.Disponível em: https://isociologia.up.pt/sites/default/files/2025-09/Sociologia_Nr52.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026. DOI: https://doi.org/10.21747/08723419/soc52a2.

VARGAS, Hustana Maria; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência e assistência estudantil nas universidades federais brasileiras: uma análise a partir dos websites. In: CARMO, Gerson (org.). *Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. p. 175-198.

VARGAS, Hustana Maria; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, v. 25, p. 72-108, 2017.